

Licensed under a Creative Commons
Attribution International LicenseCadernos de Arquitetura e Urbanismo | **Paranoá**
Dossiê Especial Teoria, História e Crítica

Pensar e Agir sobre o Patrimônio Moderno

Think and Act on Modern Heritage

MEDEIROS, Ana Elisabete¹
FERREIRA, Oscar Luís²¹Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. ana@unb.br
ORCID 0000-0003-3248-4399²Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. oscar@unb.br
ORCID 0000-0003-1628-3466

Recebido em 11/01/2020 Aceito em 28/01/2020

Resumo

A formação e capacitação profissional para pensar e agir sobre/na preservação do patrimônio cultural moderno constitui uma atividade relativamente nova, se comparada àquela associada à prática preservacionista dita tradicional. No contexto brasileiro, as primeiras inserções do conteúdo patrimonial nos cursos de arquitetura e urbanismo se dão nos anos setenta do século XX. Na capital nacional, a Universidade de Brasília – UnB, passa a oferecer no segundo semestre de 2002, como disciplina obrigatória do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Técnicas Retrospectivas – PROAU8 voltada para o projetar no construído. A chegada do tema da preservação, de uma maneira geral e, particularmente, do moderno, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, é recente: 2017. Estudos Especiais em Teoria, Histórica e Crítica – Pensar e Agir sobre o Patrimônio Moderno constitui uma das duas disciplinas que, desde então, vêm sendo ofertadas na Linha de Patrimônio Cultural. E é sobre ela que versa o artigo. Trata-se de partilhar e abrir ao debate a experiência da formação para o patrimônio levada a cabo pela disciplina. Para tanto, o trabalho se estrutura em dois momentos principais. O primeiro apresenta a disciplina de maneira geral. O segundo, traz à tona temas abordados pelos alunos, revelando como resultado as tendências das perspectivas de se pensar a preservação do moderno

Palavras-Chave: Teoria; Crítica; arquitetura moderna; preservação; formação profissional; pós-graduação

Abstract

Professional training and capacity for thinking and acting on/preserving the modern cultural heritage is a relatively new activity compared to that associated with the so-called traditional preservationist practice. In the Brazilian context, the first insertions of heritage content in architecture and urbanism courses take place in the seventies of the twentieth century. In the national capital, the University of Brasília - UnB, offered in the second half of 2002, as a compulsory subject of the Course of Architecture and Urbanism of the Faculty of Architecture and Urbanism, Retrospective Techniques - PROAU8 aimed at designing in the built environment. The arrival of the theme of preservation, in general and particularly of the modern, in the Graduate Program of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasília, is recent: 2017. Special Studies in Theory, History and Criticism - Thinking and Acting on Modern Heritage is one of two disciplines that have since been offered in the Cultural Heritage Line. And this is what the article is about. It is about sharing and opening to the forum the debate about the experience of heritage formation carried out by the discipline. Therefore, the work is structured in two main moments. The first presents the discipline in general. The second, brings up themes approached by the students, revealing as a result the trends of the perspectives of thinking the preservation of the modern

Key-Words: *theory; critic; modern architecture; preservation; professional formation; postgraduate*



1. Introdução

A formação e capacitação profissional para pensar e agir sobre/na preservação do patrimônio cultural moderno constitui uma atividade relativamente nova, se comparada àquela associada à prática preservacionista dita tradicional. No contexto brasileiro, as primeiras inserções do conteúdo patrimonial nos cursos de Pós-graduação se dão nos anos setenta do século XX sendo necessárias, ainda, mais duas décadas para que a Portaria nº 1770 do Ministério da Educação e Cultura – MEC, fixe diretrizes curriculares e conteúdo mínimo contemplando a Graduação.

Na capital nacional, a Universidade de Brasília – UnB, passa a oferecer no segundo semestre de 2002, como disciplina obrigatória do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, Técnicas Retrospectivas – PROAU8. Já aí se inicia a abordagem voltada à formação graduanda de como intervir, projetar para intervir no construído, em arquiteturas modernistas, ainda que não oficialmente tombadas como patrimônio cultural. Afinal, Brasília adentra a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1987, como conjunto urbanístico reconhecido a partir das quatro escalas e, à exceção do Catetinho (primeira residência oficial do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira) e da Catedral Metropolitana, cujas inscrições em livros do tomo remontam a 1959 e 1970, respetivamente, o reconhecimento nacional dos demais bens edílios modernos se inaugura apenas cinco anos depois, por ocasião do centenário de Oscar Niemeyer.

No âmbito da Pós-graduação, é fato que a temática preservacionista se faz presente nas Instituições de Ensino Superior – IES, e também na UnB, em vários campos do conhecimento, tais como a Sociologia, a Antropologia, a Arqueologia, a História, a Geografia, a Museologia, o Direito, a Engenharia e a Arquitetura e Urbanismo. Em cada um deles, a despeito de semelhanças, sobretudo conceituais, a abordagem se apresenta de maneira particular, especialmente no que se refere aos objetos de trabalho e aos processos ditos de atuação e representação. A chegada do tema da preservação, de uma maneira geral e, particularmente, do moderno, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG-FAU/UnB, é recente: 2017. Estudos Especiais em Teoria, Histórica e Crítica – Pensar e Agir sobre o Patrimônio Moderno constitui uma das duas disciplinas que, desde então, vêm sendo ofertadas na Linha de Patrimônio Cultural. E é sobre ela que versa o artigo.

Trata-se de partilhar e abrir ao debate a experiência da formação para o patrimônio levada a cabo pela disciplina. Para tanto, o trabalho se estrutura em duas partes. A primeira apresenta a disciplina. A segunda traz à tona temas abordados pelos alunos, revelando tendências das perspectivas de se pensar a preservação do moderno.

Em suma, o texto demonstra que, em um momento em que esse tema cresce em importância e exige atuação consciente na prática da gestão e intervenção patrimonial, abrir à discussão a experiência da disciplina a colegas, técnicos e sociedade é estratégia salutar que retroalimenta a formação profissional para a história, a teoria e a crítica ao patrimônio nas dimensões da graduação e pós-graduação.

2. Estruturar o Pensar e o Agir

O pensar e o agir na preservação do patrimônio cultural moderno constitui uma atividade relacionada ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao desenvolvimento e à capacitação profissional relativamente nova. Em Brasília, capital brasileira e patrimônio mundial, nacional e distrital, cujo reconhecimento se deu, exatamente, por seu caráter modernista, faltava, até 2017, no âmbito da formação stricto sensu do PPG – FAU/UnB, uma oferta de disciplinas capazes de alicerçar a reflexão para a ação, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou no desenvolvimento e capacitação profissional, para a prática preservacionista voltada ao patrimônio cultural moderno.



Foi no intuito de suprir essa falta que se estruturou o Pensar e Agir sobre o Patrimônio Moderno, disciplina de dois créditos, não obrigatória, cuja oferta inicial se deu no primeiro semestre de 2017 para alunos de pós-graduação, mestrandos e doutorandos do PPG-FAU/UnB. (Medeiros & Ferreira, 2017).

A disciplina propõe "... conhecer, expandir e refletir, de forma crítica, sobre os antecedentes, os conceitos, as especificidades e os desafios ou as relações que se estabelecem entre teoria e prática da preservação da arquitetura e urbanismo modernos, de um lado e, de outro lado, questões como documentação, autenticidade e imaterialidade." (Medeiros & Ferreira, 2017, p. 1)

É assim que o estruturar o pensar e o agir sobre o patrimônio moderno se fez em seis tópicos de ensino abordados por meio de procedimentos didáticos, sobretudo aulas expositivas apoiadas por material audiovisual e textos para leituras programadas associadas a cada um deles.

O primeiro dentre esses, "Antecedentes", como o próprio nome sugere, apresenta o contexto que antecede e constitui a formação de uma teoria e uma prática próprias à preservação da arquitetura e do urbanismo modernos. A disciplina sempre procura trabalhar com dois textos, em cada um dos tópicos. Aqui, o primeiro capítulo do *Preservation of Modern Architecture, Preservation of Modern Architecture: the beginning*, de Theodore Prudon (Prudon, 2008) é objeto de leitura e análise, assim como o capítulo que coube a John Allan desenvolver no livro *Conservation as Modern Architecture, intitulado Points of Balance: patterns of practice in the conservation of modern architecture* (Allan, 2007).

O texto de Prudon cumpre a função de narrar, ainda que parcialmente, uma vez que privilegia os contextos americano e europeu, a história da preservação da arquitetura moderna tendo como ponto de partida um breve relato acerca da própria arquitetura moderna, cujas origens ele localiza no primeiro pós-guerra, materializada, com destaque, nas obras de Le Corbusier, no ensino e produção da Bauhaus ou nas discussões dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs. Para Prudon, como objeto de preservação, a arquitetura e urbanismo modernos foram reconhecidos, inicialmente, por meio de suas expressões mais icônicas, na Europa dos anos 1950 e 1960, por especialistas, alcançando um público maior e abrangendo um conjunto mais vasto da sua produção apenas tempos depois. Mais precisamente, a partir dos anos 1980, quando se verificam as primeiras iniciativas internacionais em prol da preservação do moderno, a exemplo do DOCOMOMO e, com ele, os amplos inventários e os primórdios do reconhecimento de expressões não excepcionais ou datadas do pós II Guerra, a expansão do quadro legal e a proliferação de intervenções outras que não a restauração *stritu sensu*. O autor ainda dedica parte do texto às especificidades americanas na institucionalização da prática preservacionista e o conclui trazendo à tona o que ele considera, então, como os "desafios para o futuro", dentre eles: a efemeridade dos materiais utilizados, a presença do arquiteto-autor do projeto, o desconhecimento da sociedade e, enfim, o desafio ao status quo que a preservação da arquitetura e urbanismo modernos representam, a despeito da consolidação da prática de preservá-la, a partir da última década do século passado.

Como contraponto à narrativa de Prudon, John Allan tem por objetivo, em seu texto, apresentar um ponto de equilíbrio entre as diferentes prioridades elencadas pelos variados atores sociais envolvidos com a preservação do moderno, sobretudo, proprietários, usuários e técnicos. Afinal, segundo Allan, os interesses desses atores são, por vezes, contraditórios. Enquanto técnicos buscam preservar os valores do bem para as gerações futuras, para os proprietários interessa escapar aos padrões obsoletos de um edifício de outra época, "engessado" pelo reconhecimento como patrimônio cultural e alcançar, assim, a atualização compatível com o mercado que lhe é contemporâneo. Quanto aos usuários, a esses o que importa é a flexibilidade do projeto, a despeito da sua condição de patrimônio, de modo a que possa oferecer a mesma qualidade de vida que um novo edifício ofereceria. Assim, na busca pelo ponto de equilíbrio, o inglês, que foi o primeiro Presidente do DOCOMOMO UK (1989 – 1991) parte da proposição de cinco tipologias de projeto identificadas ao longo de 21 anos de prática profissional, nas quais se enquadrariam todos os tipos de intervenção e, portanto, de desequilíbrios



possíveis a exigir um ponto de equilíbrio. Edifícios icônicos de propriedade corporativa integram a primeira tipologia, a chamada “Ícones de trabalho”. “Fósseis com um futuro” é como Allan denomina a segunda tipologia, aquela em que a conservação é o foco do projeto de intervenção. A terceira configura o que o autor define como “revalorização de ativos”, abarcando edifícios que, embora não desempenhem mais suas funções originais ou não sejam mais valorados socialmente, apresentam valor incorporado suficiente para justificar intervenções de salvaguarda. A quarta tipologia é a que inclui os “casamentos ideais”, ou seja, usuário e proprietário são a mesma pessoa, disposta a assumir os custos da intervenção no bem cultural. A última tipologia vem a ser a “fazendo roteiros”. Trata-se de intervenções alicerçadas na gestão, na definição de diretrizes para o futuro do edifício. Em qualquer uma delas o maior desafio é o mesmo: encontrar o ponto de equilíbrio, muitas vezes entre extremos idealizados aparentemente irreconciliáveis. Para Allan, manter uma posição rígida de defesa de um tipo de intervenção ideal, quando diferentes atores sociais se colocam frente a frente, não leva necessariamente à conservação do bem, mas localizar um ponto de compromisso real em algum lugar entre eles, sim.

O segundo tópico de ensino aborda as “Especificidades e Desafios” da preservação do patrimônio moderno, conforme são tratados por diversos autores, dentre os quais a disciplina destaca, como objeto de leitura e discussão, Susan Macdonald e Andrew Saint. Os textos trabalhados são, respectivamente, *Materiality, Modernity and Modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places* (Macdonald, 2009) e *Philosophical principles of Modern Conservation* (Saint, 1996).

Talvez um dos maiores méritos do texto de Susan Macdonald seja o de admitir a existência de conflitos entre atores sociais, particularmente especialistas, mas superá-los no sentido de promover o entendimento da conservação do patrimônio moderno como projeto estratégico de todos e para todos. Macdonald situa o conflito nos anos 1990, quando profissionais da conservação, e seus preceitos já estabelecidos, veem-se cara a cara com a negação desses mesmos preceitos por parte de novos especialistas provenientes da prática da preservação do moderno, para quem a questão da autenticidade do projeto deveria se sobrepor àquela do material. Quando escreve o texto objeto de estudo da disciplina, em 2009, Macdonald alerta para o fato de que tal debate de fundo filosófico, ainda naquele momento, subsiste em um movimento circular que não permite avançar em nenhuma direção. A despeito da dificuldade em se escapar do círculo dentro do qual também se situam discussões nacionais recentes como Lacerda e Zancheti (2012), Lira (2010), a autora empreende um esforço em rompê-lo. A ruptura se dá, por exemplo, quando Macdonald questiona uma das especificidades da arquitetura moderna: o uso de materiais de construção experimentais, pouco duráveis, como atitude consciente do projeto modernista em não durar mais que uma meia-vida. Para Macdonald, apenas os futuristas defendiam arquiteturas e cidades pensadas e construídas para usufruto de uma única geração. Os demais modernos valorizavam edificações duráveis. Nesse sentido, ao admitir o desejo modernista de que suas obras sobrevivessem mais longamente ao tempo, a autora também coloca em xeque outra especificidade da preservação do moderno: a dificuldade em se aceitar a pátina, justificada pela necessidade de transformação permanente. Macdonald ainda segue adiante e aborda o papel, na prática preservacionista, da fotografia e das publicações especializadas, dos arquitetos originais, da monumentalidade e da reinterpretação do moderno como tendência do design do início do século XX. Em sua parte conclusiva, a autora apresenta quatorze dicas práticas para o enfrentamento da preservação do moderno. Dentre elas, destaca-se a que propõe uma abordagem da arquitetura moderna em suas especificidades, sem considerar que a sua própria natureza é diversa das demais arquiteturas.

Andrew Saint, por sua vez, traz à tona alguns princípios filosóficos da preservação do moderno a partir de seis aspectos que ele desenvolve ao longo do seu texto. O aspecto “número” é o ponto de partida da reflexão. Ou seja, comparadas as quantidades de edifícios modernos e aqueles ditos “tradicionais”, os primeiros superam, em muito, os segundos o que, para Saint, coloca em questão o princípio da raridade que, somado àquele da distância temporal, acaba não favorecendo a preservação do



moderno. Sobre a “técnica”, segundo aspecto tratado, o autor destaca o fato de que os processos de construção e manutenção se alteraram com o tempo e que, diante de tal fato, persiste o entendimento de que edifícios do século XX não tem capacidade de sobreviver sem mudanças. Trata-se de uma constatação diante de cuja inevitabilidade o autor propõe assegurar a autenticidade, ainda que não explique como. A “intenção”, terceiro aspecto, tem a ver com a autenticidade, na medida em que a existência dessa pressupõe priorizar a preservação daquela. Saint defende que a intenção não se encontra apenas no projeto, como conceito, mas no edifício, enquanto materialização desse conceito, o que conduz ao quarto aspecto por ele trabalhado, a “performance”. Essa diz respeito ao que, de fato, experienciam os edifícios ao longo dos seus respectivos ciclos de vida durante os quais, segundo o autor, lhes são imputados, a cada intervenção – necessária pela rápida desatualização devida ao funcionalismo – novos valores muitas vezes contrários às intenções primeiras do(s) seu(s) autor(es). Daí a defesa de uma prática preservacionista pautada pelo que Saint chama de gerenciamento de mudanças. Mudanças essas que, muitas vezes, são indissociáveis da “viabilidade futura” dos edifícios objeto de preservação, quinto aspecto pelo autor observado. Saint ainda destaca a impopularidade do arquiteto, como ator por trás da prática preservacionista, chamando a atenção para o sexto e último aspecto por ele tratado, o “apelo emocional”, base subjetiva da apreciação do moderno e seus objetivos.

“Preservação, Documentação e Dimensão Imaterial” é o título do terceiro tópico da disciplina, cujo intuito é trazer à tona o debate acerca do papel do documento para a preservação do moderno, bem como da sua dimensão intangível que vai além da sua materialidade, mas também a perpassa sendo dela indissociável. Como alicerce a partir do qual se constrói o diálogo, são propostos os textos de David Company e Andrzej Tomaszewski: *Architecture as Photography – Constructing worlds: photography and architecture in the modern age, Barbican Gallery* (Company, 2014) e *Tangible and Intangible Values of Cultural Property in Western Tradition and Science*. (Tomaszewski, 2003).

A escolha de David Company se dá pela sua abordagem do papel da arquitetura como fotografia, entendida como expressão autônoma de arte, mas também documento. O texto é, na verdade, um ensaio redigido para o livro relativo à Exposição *Constructing Worlds: Photography and Architecture in the Modern Age*, que teve lugar nas cidades de Londres, Madrid e Estocolmo, em 2015. Nele, o autor relembra Walter Benjamin e as discussões por ele trazidas à tona, acerca da fotografia e seus limites e alcances. Na verdade, o texto mostra como fotografia e arquitetura estiveram associadas desde o princípio. E tanto é assim que o primeiro registro por meio das lentes de Joseph N. Niépce foi a vista da cidade de Le Gras. Daí em diante, a pátina se revelou muito fotogênica e a fotografia um instrumento de promoção também para novas construções e tecnologias. Company realiza a análise da relação arquitetura e fotografia que empreende no texto a partir do tempo e superfície, de reconsiderações, de recodificações, da fotografia transformada e de passados e futuros. Segundo o autor, o tempo e superfície se explicam pelo fato de ser a exploração das superfícies do mundo no tempo o que interessa à arquitetura moderna e que pode ser observado nos trabalhos de Eugène Atget, Berenice Abbot, Walker Evans, Thomas Struth ou Julius Schulman. Em relação às reconsiderações, ao evocar as fotografias de Stephen Shore, Company (2014) lembra que como em toda a relação, fotografia e arquitetura também estão sujeitas a desarmonias. A crítica de Robert Venturi (à distância da arquitetura dos contextos social e político no qual se inserem) se apresenta também na fotografia de Shore quando a captura da cidade pretende ir além da imagem, tornando acessível ao observador também a sociedade. As recodificações são abordadas via Lewis Baltz e o casal Bernd e Hilla Becher cujas escolhas elegem o anônimo, o ordinário, a descrição objetiva capaz de revelar o detalhe, inclusive aquele buscado pelo olhar de um antropólogo, no caso de Baltz, de acordo com Company. A fotografia transformada é aquela que resulta da parceria entre quem projeta e quem fotografa o objeto arquitetônico tornado tirânico no sentido que o observa Jameson (apud Company, 2014), um ato de vaidade, um tipo de consumismo da imagem, documento, arte, anúncio, e não do edifício em si. Mas não apenas isso. A fotografia transformada é ainda resultado dos *renders* ou da modelagem 3D, que revelam a arquitetura que está por vir, ou dos vídeos games como atestam os trabalhos de Adam Broomberg e Oliver Chanarin ou Victor Burgin. E há, também, a arquitetura do comum, capturada



pelos lentes de Jeff Wall e Polly Braden cujo foco parece ser questionar o projetado em relação ao vivido. Sobre passados e futuros, Campany alerta para o fato de se terem tornado inseparáveis as experimentações da arquitetura e das suas imagens levando à percepção da fotografia também como performance.

Em complementação às contribuições de Campany ao tópico “Preservação, Documentação e Dimensão Imaterial”, Tomaszewski (2013) foca na face intangível do patrimônio. O autor inicia suas reflexões alertando para o fato de que são dois os problemas teóricos em torno dos quais as discussões acerca da prática preservacionista irão se situar no século XXI: a autenticidade e o valor imaterial. O autor considera a visão ocidental acerca da prática preservacionista estreita por associar a autenticidade aos valores tangíveis, o que seria uma herança da tradição cristã. Tal tradição se encontra, para ele, nas relíquias, status ao qual os bens materiais são elevados pela prática preservacionista, justificando a importância da sua substância material, ainda que de forma paradoxal, uma vez que as relíquias sempre foram veneradas pelos seus valores não-materiais associados à Graça divina. A partir daí, o autor empreende uma leitura acerca da visão ocidental dos valores imateriais relacionados ao patrimônio. Relaciona, inicialmente, o restauro estilístico ou idealístico de Viollet-le-Duc à ideia platônica de supremacia do ideal sobre o material. Depois, relembra o conceito de Erinnerungswert de Aloïs Riegl, valor memorial que encerra a ideia de que o bem traduz, materialmente, o invisível e intangível em visível e palpável, exigindo, portanto, um olhar para além da sua materialidade, somente para demonstrar, na sequência, como tal perspectiva, ainda que recuperada na definição dos “lugares de memórias” de Pierre Nora, termina se perdendo na valorização material tanto da postura de não-intervenção ruskiniana quanto da mínima intervenção dos conservadores ao longo de todo o século XX. Tomaszewski mostra como o retorno à dimensão imaterial do patrimônio à agenda da prática preservacionista é tributário ao oriente e à África. Assim procedendo, o autor tece uma crítica à prática preservacionista ocidental, apontando para uma lacuna significativa no entendimento das relações indissociáveis entre valores materiais e imateriais já preenchida por alguns países do oriente e da África subsaariana em prol do equilíbrio necessário à garantia da autenticidade dos bens culturais.

A autenticidade, à luz dos textos de Jukka Jokilehto e Hilde Heynen, *Authenticity: the question of truth* (Jokilehto, 2013) e *Questioning Authenticity* (Heynen, 2005), respectivamente, é o foco de atenção do quarto tópico. O texto de Heynen retoma o tema da autenticidade, já tratado por Tomaszewski, mas o faz a partir da problematização do conceito dentro do quadro de reflexões próprios à preservação da arquitetura moderna. Nesse sentido, a autora faz referência, inicialmente, à autenticidade como uma das inovações do Iluminismo que seria apropriada pelos românticos e, depois, pelos modernos. Importante presença na cultura do século XX a autenticidade estaria de volta à posição central nos debates também nos primeiros anos do século XXI quando a preservação da arquitetura e urbanismo modernos se institucionaliza. Heynen destaca o desafio de se preservar uma arquitetura e urbanismos que, se a princípio, não foram concebidos com o intuito de durar, sempre estiveram alicerçados no conceito de autenticidade. Como lembra Medeiros (2017: 93) o credo modernista da autenticidade, para essa autora, reside em uma arquitetura capaz de, por meio do uso de materiais e tecnologias inovadoras materializadas em uma estética ao mesmo tempo racional e abstrata, atender às necessidades próprias do seu tempo. Daí o porquê do seu entendimento de que a autenticidade modernista vai de encontro àquela dos conservacionistas, definindo um embate que contrapõe matéria e substância. Fazendo uso de exemplos como a Lever House e o Hotel la Concha, Heynen explicita, de fato, a complexidade inerente ao debate acerca da autenticidade no campo preservacionista.

Jokilehto (2013) considera a relação entre a autenticidade e a busca pela verdade a partir de vários contextos, sendo o primeiro deles o filosófico. Aqui, o autor explora as raízes gregas da etimologia da palavra para, em seguida, analisar o conceito como objeto de reflexão filosófica no tempo moderno desde René Descartes, passando por Giovan Pietro Bellori, Johann Joachim Winckelmann, Giovanni Battista Vico, Johann Gottfried von Herder, Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Walter Benjamin e,



John Ruskin a quem por fim se refere. O segundo contexto, objeto de atenção do autor, é o internacional que para ele se define no processo de globalização que se estabelece em meados do século XX trazendo consigo, como contraponto, o reconhecimento das identidades culturais e o direito à diversidade cultural. O autor atesta que tal como vem sendo defendida por documentos internacionais como a Carta de Veneza (1964), a Carta de Nara (1994) ou *The World Heritage Operational Guidelines* (1977, 2005) a autenticidade, a verdade do patrimônio material ou imaterial é condição *sine qua non* para a real experiência da diversidade cultural. Aliás, para Jokilehto a distinção entre as dimensões tangível e intangível do patrimônio já começa a se revelar, em princípios do século XX, como artificial. O terceiro contexto analisado é o material, onde autenticidade é observada tendo como referência a teoria moderna do restauro de Cesare Brandi. O último dos contextos tratados por Jokilehto é o imaterial. Ele relembra as várias iniciativas da Unesco no sentido do reconhecimento de expressões intangíveis do patrimônio mundial e ressalta o fato de que a autenticidade está na maioria das vezes associada aos aspectos intangíveis do objeto patrimonial, a ideia, a aura, o conceito. Se esse valor do autêntico, intangível, materializa-se, ele passa a exigir da prática preservacionista determinadas respostas que se complexificam no caso de expressões cujos suportes materiais são de outra natureza. Para concluir, Jokilehto apresenta a autenticidade como resultado de um processo criativo, como verificação da verdade da matéria e como indissociável das mudanças da sociedade.

O quinto tópico elege como objeto de discussão, a preservação da arquitetura e do urbanismo modernos a partir da perspectiva da chamada agenda verde. Nesse momento, as reflexões de Carl Elefante e Carl Stein constituem as fontes que guiam os debates em sala de aula. O primeiro com *The Greenest Building is ... one that is already built* (Elefante, 2007) enquanto o segundo com *Greening Modernism: preservation, sustainability and the modern movement* (Stein, 2010).

A maior contribuição do texto de Elefante (2007) é alertar para o fato de que a busca pela salvação da humanidade frente à crise climática por meio da proposta de uma nova arquitetura verde é vã considerada a vastidão do estoque de edifícios já construídos. Ou seja, para o autor, mesmo se toda a nova arquitetura e urbanismo fossem concebidas, construídas e vividas de forma verde, ainda assim, o desafio à sustentabilidade estaria colocado. Por isso a defesa do autor de que o edifício mais verde é aquele que, de fato, já está construído. Desenvolvendo-se ao longo do texto, essa defesa em prol do edifício existente como objeto de atenção e intervenção, tem o mérito de inserir a arquitetura verde no campo da preservação, não apenas dos imóveis tradicionais, mas, sobretudo, do estoque moderno. Isso porque, segundo dados do autor, apenas 6% do total de edifícios construídos no globo terrestre datam de período anterior aos anos vinte do século passado. Todos os demais são, portanto, construções modernas. Ao questionar o real conceito de sustentabilidade, o autor chama a atenção para o fato de que não adianta diminuir os danos ao planeta e, sim, aumentar a sua vitalidade, sendo um caminho a intersecção necessária entre os campos preservacionista e verde. Elefante mostra como essa intersecção tem se efetuado, sobretudo por meio da observância do ciclo de vida de edifícios que, para ele, começa com a sua decodificação em quatro categorias: estrutura, elementos internos, sistemas e envelope. A performance energética é outro aspecto que o autor coloca em foco, considerando a pouca atenção que preservacionistas, normalmente, dispensam a ela. Assim, o autor conclui que se a prática preservacionista ensina a valorizar o passado ela pode, e deve, ajudar a despertar as responsabilidades quanto ao futuro: donde reside a indissociabilidade entre preservação e sustentabilidade.

Stein, em seu texto (2010), coloca em foco, contrapostos, o *modern style* e o modernismo, defendendo a ideia de que, ao fim e ao cabo, esse último será responsável por esverdear aquele. O autor inicia seu texto retomando as raízes do Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo como tributária às artes, à tecnologia. Aponta para a ironia de que não teria sido possível haver uma arquitetura e urbanismo modernos, não fosse a disponibilidade de energia, compreendida, então, como inesgotável. Nesse sentido, adverte para a necessidade de se diferenciar o modernismo do *modern style*, esse último uma invenção de Henry-Hussell Hitchcock e Philip Johnson para a exposição de 1932 do Museu de Arte



Moderna de Nova Iorque. Ambos os arquitetos, ao cunharem o termo terminam, segundo o autor, desvirtuando uma das premissas do movimento moderno que, muito mais que um estilo era uma atitude, um método regido por condições complexas para a sua criação. De acordo com Stein, se o *modern style* se apropriou da ideia - hoje revelada falsa - de que ao arquiteto e urbanista tudo era permitido, inclusive o uso da energia de forma a neutralizar todas as questões que o meio ambiente pudesse colocar, criando um estilo dito universal, o processo projetual modernista não o fez, permanecendo fiel aos condicionantes específicos do lugar. Para o autor, mesmo que o *modern style* tenha voltado as costas para o modernismo, o processo projetual moderno poder intervir e transformar o massivo parque imobiliário do *modern style* de maneira a que responda, de forma adequada, às exigências ambientais. Em outras palavras: o modernismo acabará por esverdear o *modern style*.

Finalmente, o sexto e último tópico aproxima a discussão de Brasília. Para tanto, Espaços Públicos de Brasília: uso, apropriação, valorização e transformação (Rossetti, 2017) e Revisitando o Processo de Tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido (Perpétuo, 2017), respectivamente de autoria de Eduardo Rossetti e Thiago Perpétuo, servem de ponto de partida para as reflexões da disciplina.

Brasília é apresentada por Rossetti como um espaço apropriado, uma cidade vivida. Afinal, o monumento - no caso Brasília - não tem porta, como bem afirma o autor. Assim, ainda que à escala gregária tenha sido atribuída na cidade projetada a função de sociabilidade, o que o Rossetti mostra é a eleição espontânea, na cidade vivida pela população, de outros espaços para o desempenho do convívio social. Mas, essa cidade espontaneamente ocupada é a mesma reconhecida pela Unesco como patrimônio mundial o que, para Rossetti, deve ser visto de forma positiva. De fato, o argumento é de que à imagem da capital - cidade modernista, vazia, sem esquinas, aprisionada no rigor das suas formas plásticas capturadas pelas fotografias em preto e branco de Gautherot - sobrepõe-se a metrópole, ocupada, liberta de formas e coloridamente e anarquicamente retratada pelas novas mídias usadas pelos seus habitantes.

A disciplina encontra no texto de Perpétuo a sua conclusão. A Brasília que o historiador e técnico do Iphan apresenta é aquela definida como patrimônio. A intenção é oferecer uma revisão historiográfica, a partir de bases documentais, capaz de revelar aspectos políticos e técnico-administrativos por trás da sua delimitação como conjunto urbanístico compreendido no maior perímetro urbano tombado do mundo. À guisa de introdução, Perpétuo esclarece o valor da revisão historiográfica, sendo a História percebida não como a verdade sobre o passado, mas como um discurso sobre ele. Na sequência, o autor apresenta a preservação peculiar de um sítio excepcional, na qualidade de cidade moderna, jovem, inconclusa e, sobretudo, extensa, com seus 112, 25 km². Discute perímetros e nomenclaturas à luz da normativa, propondo o entendimento diferenciado entre o plano-piloto (presente no Relatório de Lucio Costa) e o Plano Piloto, "realidade físico territorial" construída. Ao contrapor normativas, o autor questiona a narrativa rígida acerca das dimensões do conjunto urbano tombado, tomado como um fato dado. Ao desconstruir a condição de engessamento, a qual os bens patrimoniais estão fadados, Perpétuo permite refletir acerca das possibilidades de atuação da prática preservacionista diante dos desafios impostos pelas dimensões do conjunto urbanístico tombado convidando a uma Brasília, enfim, continuamente revisitada.

3. Resultados: Pensar e Agir entre 2017 e 2019

Nesta seção trazemos à tona os temas abordados pelos estudantes ao longo destes três anos de experiência com a realização da disciplina Pensar e Agir sobre o Patrimônio Moderno. Busca-se aqui identificar tendências, perspectivas de se pensar a preservação do patrimônio moderno. Ao todo, de 2017 a 2019, foram 32 artigos produzidos como produto final da disciplina e versando sobre as especificidades e desafios da preservação do patrimônio moderno. Destes, aproximadamente 40%



foram submetidos e aprovados para apresentação e publicação tanto em eventos nacionais quanto internacionais.

Um teste apenas, pois não há qualquer vinculação entre a submissão dos artigos produzidos e a aprovação na disciplina, porém a aceitação demonstra a atualidade e importância do tema nas mais variadas instâncias de discussão da preservação do patrimônio cultural. Na verdade, nem todos os artigos foram encaminhados para eventos, apenas 12 dos 32, e todos aqueles enviados foram aprovados para publicação e apresentação em eventos como o II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL (2017), ICOMOS *International Wood Committee Symposium* (2018), 13º Seminário DOCOMOMO Brasil (2019), entre outros.

O tema “Preservação da Arquitetura Moderna” foi objeto de discussão de metade dos trabalhos elaborados, 16 (dezesseis). Artigos como “A Brasília Modernista e o Uso da Madeira: Tombamento e Desafios da Preservação do Catetinho” de Maritza Dantas e “Igrejas em Madeira Remanescentes dos Acampamentos de Obras de Brasília: Uma Análise de seus Processos de Tombamento” de Daniela Pereira Barbosa são exemplos desta discussão. Ambos produzidos em 2018, versam sobre a preservação de uma arquitetura moderna de caráter completamente diferente da arquitetura oficial. Tema presente e desenvolvido ao longo dos tópicos 1 e 2.

Aqui se coloca o desafio da preservação da arquitetura plena de características modernas, porém sem qualquer pretensão de durabilidade. Edificações em tábuas que apenas aguardavam seus sucedâneos para serem desmontadas ou demolidas. Mas que, porém, em razão da atribuição de valores artísticos, históricos e/ou sociais persistem ainda hoje, mantendo ou não seus usos originais e, ao mesmo tempo, desafiando conservadores, como exposto por Macdonald (2009), para a preservação de arquiteturas que não foram construídas para durar.

Em consonância com o tema da preservação da arquitetura moderna, os artigos “Brasília Inscrita na Pedra: A Narrativa do Museu da Cidade” de Eduardo Oliveira Soares, 2017, e “50 Tons de Cinza: Escalas de Ação e Valorização no Concreto Aparente da Universidade de Brasília” de Maíra Oliveira Guimarães, 2018, discutem características da arquitetura moderna como a preservação das superfícies materiais que lhe conferem autenticidade e, portanto, valores históricos e artísticos, ameaçados por manifestações como as pichações ou alterados pelo grafite entendido como arte urbana e forma de expressão política, presentes no texto de Maíra.

Já o texto de Eduardo Soares apresenta o Museu da Cidade em Brasília que com seus 19 (dezenove) baixos relevos, inscrições em mármore, contam uma parte da história da capital patrimônio da humanidade. Baixos relevos e Grafites, inscrições no mármore branco ou sobre a superfície do concreto armado aparente, respetivamente, que contam parte da história da cidade, em um momento específico ou as diversas transformações ocorridas no país e também em Brasília ao longo deste quase 60 (sessenta) anos. O Grafite ainda terá que enfrentar tanto o preconceito como o reconhecimento como arte para ser devidamente preservado.

A discussão do cabedal teórico para a preservação do patrimônio moderno foi também objeto dos artigos desenvolvidos. Vale citar “Do Culto Moderno dos Monumentos ao Culto dos Monumentos Modernos: A Valoração na Preservação da Arquitetura do Século XX”, 2017, de André Luiz de Souza Castro e “‘Universalidade e Diversidade’ dos Princípios do Restauro: O Debate nos Seminários DOCOMOMO Brasil, 1995-2016”, 2017, de Juliano Loureiro de Carvalho. Os artigos resgatam a discussão inicial da disciplina sobre a construção de um cabedal teórico específico para a preservação do Patrimônio Moderno. A atribuição de valores a partir da leitura de Alôis Riegl e das posteriores teorias de atribuição de valor como elemento fundamental da preservação e a base da preservação do patrimônio cultural, moderno ou não.



Juliano Loureiro faz um ousado recorte ao apresentar o panorama desta mesma discussão no âmbito do DOCOMOMO Brasil a partir do levantamento dos artigos produzidos em oito dos onze Seminários, ocorridos entre 1995 e 2016. Chegando à conclusão de que a significância cultural do Patrimônio, moderno ou não, é que deverá determinar os princípios, procedimentos e processos de intervenção de modo a superar definitivamente a discussão que indica a necessidade de criação de novos paradigmas para a preservação do patrimônio moderno.

Brasília também foi um tema recorrente. Mais de 60 por cento dos artigos elaborados, 20 (vinte), versam sobre a preservação da arquitetura ou urbanismo modernos vinculados a cidade, patrimônio da humanidade. O artigo “Práticas de Preservação da Arquitetura e do Urbanismo Moderno. A Formação do GT-Brasília: Questões e Razões”, 2017, de Jéssica Gomes da Silva investiga as “intenções e ideais” presentes na discussão sobre a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB a partir do ponto de vista do Grupo de Trabalho. Lucio Costa e Ítalo Campofiorito foram os responsáveis pela instrumentação da preservação da cidade por meio da definição de suas escalas de composição, gregária, monumental, habitacional e bucólica, porém o artigo discute a importância do método proposto pelo GT para a preservação e oferece o início da discussão sobre o tema que foi posteriormente aprofundado na dissertação de mestrado defendida por Jéssica em 2019.

O sexto tópico da disciplina, ao introduzir o desafio da preservação da capital a partir da leitura de Perpétuo (2017) e as novas apropriações da cidade que transformam a maneira de perceber e também de preservar a cidade, presentes em Rossetti (2017), abre espaço para a discussão da preservação além do perímetro de tombamento, para além do Plano Piloto. Neste sentido, os textos “Conscientizar para Preservar: As Casas da SHIS em Ceilândia”, 2019, de Alana Silva Waldvogel e “A Significância Cultural e o Caso das Quadras Econômicas Lúcio Costa”, 2019, de Vanessa Cristine Silva Cardoso inauguraram, na disciplina, a discussão da preservação do patrimônio moderno em Brasília para além do perímetro de tombamento.

Guará e Ceilândia, regiões administrativas, construídas em 1967 e 1971, respectivamente, chamam a atenção por sua importância no desenvolvimento econômico e cultural da cidade, porém, apenas Ceilândia possui um bem tombado, a caixa d'água. A região administrativa abriga também um dos dois projetos de Oscar Niemeyer fora do plano piloto, a Casa do Cantador, que não foi listado nos bens a serem tombados quando do centenário do arquiteto. O Guará não possui bens tombados, no entanto, possui a Quadra Econômica Lucio Costa – QELC, único projeto urbanístico de Lucio Costa fora do perímetro de tombamento. O tema abre um novo tópico a ser explorado na disciplina, a preservação do moderno para além do perímetro de tombamento da cidade moderna.

Outro tema que está representado nos artigos e que, apesar de não ser discutido em um tópico específico da disciplina, permeou praticamente todas as discussões, a Significância Cultural está diretamente citada em cerca de um terço dos artigos desenvolvidos. O conceito apresentado ainda sem definição na Carta de Veneza de 1964 foi, posteriormente, desenvolvido e continuamente aprimorado nas sucessivas edições da Carta de Burra, cuja primeira edição ocorreu em 1980. Parte das discussões atuais sobre a definição de políticas de conservação, o conceito é apresentado como uma importante ferramenta para a definição de políticas de conservação do Patrimônio Cultural levando em consideração não apenas as preocupações e percepções de técnicos e profissionais da área como também a percepção de grupos sociais quanto a valorização de objetos e processos que caracterizam um bem e que configuram a Significância Cultural em seu sentido mais abrangente. Identificamos que os textos e temas visitados tanto em sala como nos artigos são parte integrante do corpo teórico já consolidado fato que indica de certa maneira a validade dos conceitos na prática da conservação do patrimônio moderno.



4. À guisa de Conclusão – Perspectivas

Dando continuidade à discussão para o pensar e agir sobre o Patrimônio Moderno, entendemos que o ano de 2020 representa um novo passo para as discussões sobre no âmbito do Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB. Ao nos aproximarmos do início de uma nova década do século XXI, a compreensão de que é preciso ampliar temas e a discussão se afigura. Os próximos passos da disciplina indicam a inserção de novos tópicos e com eles a introdução de novos textos em consonância com a discussão mais recente sobre a preservação encontrada tanto em seminários nacionais e internacionais como em periódicos de grande expressão. Serão seis novos tópicos, sendo eles: “Matéria e Materialidade”, onde procura-se discutir questões suscitadas pela materialidade dos bens modernistas, em concreto, em vidro, em aço, em madeira, entre outros. A “Dimensão Imaterial”, agora como um item único desvinculado da discussão sobre documentação referente à preservação, busca desvelar a dimensão intangível no contexto da salvaguarda do patrimônio moderno.

O tópico “Paisagem Cultural” chama a atenção para a mais nova categoria do patrimônio mundial a partir da perspectiva da preservação do moderno e de como esse conjunto de expressões arquitetônicas muito heterogêneas transformaram a paisagem. O tópico “Habitar o Moderno” exige uma reflexão acerca das peculiaridades próprias ao morar e aos desafios que se colocam à sua preservação na contemporaneidade. “Legislar, Institucionalizar e politizar o Patrimônio Moderno” instiga a discussões em torno dos mecanismos e atores por trás do processo de construção social, legal e política do patrimônio cultural moderno. Por fim, o tópico, de fato uma provocação, “Outside the box”, propõe trazer à tona outras possíveis abordagens acerca da preservação do moderno, como uma maneira de manter as perspectivas permanentemente abertas às mais diversas contribuições sobre o Pensar a preservação e o Agir no sentido de preservar.

5. Referências

- ALLAN, J. (2007). Points of Balance: Patterns of practice in the conservation of modern architecture. Em S. Macdonald, K. Normadin, & B. Kindred, *Conservation of Modern Architecture* (pp. 13-46). Shaftsbury: Donhead Publishing.
- CAMPANY, D. (2014). *Architecture as Photography - Constructing worlds: photography and architecture in the modern age*. London: Barbican Gallery. Acesso em 5 de março de 2019, disponível em David Company: <http://davidcompany.com/architecture-as-photography-document-publicity-commentary/>
- ELEFANTE, C. (2007). The Greenest Building is ... one that is already built. *Forum Journal. The Journal of the National Trust for Historic Preservation.*, 21(4), pp. 26-36. Acesso em 16 de março de 2019, disponível em http://www.sohosandiego.org/images/forum_greenest_bldg.pdf
- HEYNEN, H. (2005). Questioning Authenticity. *Actes de Colloques. Repenser les limites: l'architecture à travers l'espace, le temps et les disciplines*. Paris: INHA. Acesso em 5 de março de 2019, disponível em <http://inha.revues.org/890>
- JOKILEHTO, J. (2013). Authenticity: the question of truth. Em C. P. Aristimunha, L. Ketzer, & L. Mattos, *Preservação de Patrimônio Cultural* (pp. 148-155). Porto Alegre, RS: Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- LACERDA, N., & Zancheti, S. M. (2012). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.
- LIRA, F. B. (2010). *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.



- MACDONALD, S. (2009). *Materiality, Modernity and Modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places*. Australia: Australia ICOMOS. Acesso em 5 de março de 2019, disponível em https://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf
- MEDEIROS, A. E., & Ferreira, O. L. (2017). *Pensar e Agir sobre o Patrimônio Moderno. Ementa e Plano de Ensino*. Brasília: FAU-UnB.
- PERPÉTUO, T. (2017). Revisitando o Processo de Tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. Em S. Ribeiro, & T. Perpétuo, *Patrimônio em transformação. Atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília* (pp. 52-75). Brasília, DF: IPHAN/DF.
- PRUDON, T. H. (2008). *Preservation of Modern Architecture*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- ROSSETTI, E. P. (2017). *Espaços Públicos de Brasília: uso, apropriação, valorização e transformação. Anais do Encontro Internacional Arquimemória 5 sobre preservação do patrimônio edificado*. Salvador.
- SAINT, A. (1996). *Philosophical principles of modern conservation*. Em H. English, *Modern Matters: Principles & Practice in Conserving Recent Architecture* (pp. 15-28). Shaftsbury: Donhead Publishing.
- STEIN, C. (2010). *Greening Modernism: preservation, sustainability and the modern movement*. New York: Norton.
- TOMASZEWSKI, A. (2003). *Tangible and Intangible Values of Cultural Property in Western Tradition and Science*. 14th ICOMOS General Assembly and International Symposium: Place, memory, meaning: preserving intangible values in monuments and sites. Victoria Falls: ICOMOS. Acesso em 5 de Março de 2019, disponível em <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003/papers/A1-1%20-%20Tomaszewski.pdf>